CONTRATO - Nº 46/2025 FPDC

TERMO DE CONTRATO Nº 46/2025 FPDC QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DO FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FPDC, E A EMPRESA ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0427.0015856/2025-26.

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do **FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FPDC**, com sede na RuaLindolfo Monteiro, nº 911,Bairro de Fátima, Teresina/PI, inscrito no CNPJ:24.291.901/0001-48 , representado neste ato pelo representado neste ato pelo Coordenador Geral do Procon/MP-PI, Dr. Nivaldo Ribeiro,no uso da competência que lheé atribuída pelosarts. 7º e 8º da Lei Estadual nº 6.308, de 30 de janeiro de 2013, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADO: EMPRESA ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 52.390.100/0001-75 estabelecido na ADE Quadra 1, Conjunto D, Lote 06, Sala 101 – Ceilândia/DF, representado pelo representante legal **Gabriel Pereira de Oliveira**, CPF (MF) nº ***.484.211-** de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Declaração da empresa.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no Procedimento de Gestão Administrativa nº. 19.21.0427.0015856/2025-26, no **Pregão Eletrônico nº 90005/2025 (ARP N° 21/2025)**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, considerando o teor da proposta de preços apresentada pela contratada e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo split de 36.000 e 48.000 btus, sem instalação inclusa**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Apêndice (Tabela 1) deste instrumento.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providencias cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ **69.713,99 (sessenta e nove mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **04/02/2025.**

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do MPPI para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como

exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº

6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.26. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.28. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas

em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do MPPI, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade: 25104

14.1.2. Fonte de Recursos: 759

14.1.3. Programa de Trabalho: 03.122.111.6114

14.1.4. Elemento de Despesa: 4.4.90.52

14.1.5. Nota de Empenho: 2025NE00076

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma dos art. 136 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724,

de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o foro de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

APÊNDICE

MEMÓRIA DE CÁLCULO P.G.A Nº 19.21.0427.0015856/2025-26 - ARP Nº 21/2025 - P.E Nº 90005/2025							
EMPRESA VENCEDORA: ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA CNPJ: 52.390.100/0001-75 ENDEREÇO: ADE Quadra 1, Conjunto D, Lote 06, Sala 101 - Ceilândia/DF - CEP 72237-140 REPRESENTANTE: Gabriel Pereira de Oliveira, CPF ***.484.211-** FONE: (61) 99559-9769 E-MAIL: elitetechsuprimentos@gmail.com							
LOTE 3 - Exclusivo para ME/EPP (art. 48, I)							
ITEM	**OBJETO**	**MARCA/MODELO**	**MEDIDA**	**QUANTIDADE REGISTRADA**	**VALOR UNITÁRIO**	**P.G.A. 19.21.0427.0015856/2025-26** **1ª AQUISIÇÃO**	**VALOR TOTAL**

1	Ar-condicionado Split Piso-Teto 36.000 BTU/h Inverter Tipo: Piso-Teto (evaporadora fixada no teto e condensadora externa); Capacidade de Refrigeração: 36.000 BTU/h; Tecnologia: Inverter ou convencional; Compressor: Rotação variável e contínua ou rotativo; Gás Refrigerante: R32 ou R-410a; Ciclo de Operação: Somente frio; Modos de Operação: Refrigeração, ventilação, desumidificação, automático e autolimpeza; Ventilação: Pelo menos 3 faixas de vazão na evaporadora; Controle do Fluxo de Ar: Ajustável na horizontal e vertical, com vertical, com flaps de saída ajustáveis em pelo menos 3 posições fixas e oscilação contínua; Condensadora: Serpentina de cobre; Dispositivo de Controle: Sem fio, permitindo controle total do aparelho; Alimentação: Energia elétrica monofásica de 220V, 60Hz; Certificação: Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) – Classificação A. Instalação: Não inclusa.	Marca: ELGIN/ Modelo: PVFC36B2CM	Unidade	3	R$ 8.669,85	**3**	**R$ 26.009,55**

2	Ar-condicionado Split Piso-Teto 48.000 BTU/h Inverter Tipo: Piso-Teto (evaporadora fixada no teto e condensadora externa); Capacidade de Refrigeração: 36.000 BTU/h; Tecnologia: Inverter ou convencional; Compressor: Rotação variável e contínua ou rotativo; Gás Refrigerante: R32 ou R-410a; Ciclo de Operação: Somente frio; Modos de Operação: Refrigeração, ventilação, desumidificação, automático e autolimpeza; Ventilação: Pelo menos 3 faixas de vazão na evaporadora; Controle do Fluxo de Ar: Ajustável na horizontal e vertical, com flaps de saída ajustáveis em pelo menos 3 posições fixas e oscilação contínua; Condensadora: Serpentina de cobre; Dispositivo de Controle: Sem fio, permitindo controle total do aparelho; Alimentação: Energia elétrica monofásica de 220V, 60Hz; Certificação: Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) - Classificação A. Instalação: Não inclusa.	Marca: ELGIN/ Modelo: PVFC48B2CC	Unidade	4	R$ 10.926,11	**4**	**R$ 43.704,44**
VALOR TOTAL LOTE 3 - R$ **69.713,99 (sessenta e nove mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos)**							**R$ R$ 69.713,99**

Dr. Nivaldo Ribeiro
Coordenador Geral do Procon

ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA
Representante legal: **Gabriel Pereira de Oliveira**,
CPF (MF) nº ***.484.211-****

Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO RIBEIRO**, **Coordenador(a) Geral do PROCON**, em 26/05/2025, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA**, **Usuário Externo**, em 27/05/2025, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1039935** e o código CRC **49F626AA**.

ESPÉCIE: TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2021.
PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ E FACULDADE LEGALE.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO N° 03/2021 E INCLUSÃO DE CLÁUSULA PARA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO CONVÊNIO N° 03/2021, CUJO OBJETO É PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EFETIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU, MESTRADO E DOUTORADO DA CONVENIADA A OPORTUNIDADE DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NA CONVENENTE, VISANDO APRIMORAMENTO PROFISSIONAL EM COMPLETO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL E A CONTEXTUALIZAÇÃO CURRICULAR, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO PARA A VIDA CIDADÃ E PARA O TRABALHO.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
ASSINATURA: 26/05/2025.

EXTRATO 57/2025

PROCESSO: 19.21.0426.0012603/2023-93
ESPÉCIE:TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2025.
PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PIAUÍ - SEFAZ/PI, A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ, A SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TERESINA E A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA.
OBJETO: INCLUSÃO DE ITENS NA CLÁUSULA NONA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2025, CUJO OBJETO É INSTITUCIONALIZAR PARCERIA NA EXECUÇÃO DAS ROTINAS E NA UNIFICAÇÃO DE ESFORÇOS PARA O ALCANCE DE METAS RELACIONADAS À DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ.
VIGÊNCIA: NA DATA DA ASSINATURA E VIGORARÁ CONFORME VIGÊNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2025.
ASSINATURA: 26/05/2025.

5. LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1. EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2025 FPDC

EXTRATO DO CONTRATO Nº46/2025 FPDC
a) Espécie:**CONTRATO Nº** 46/2025 FPDC, firmado em 27/05/2025 entre o**FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR-FPDC,**inscrito no CNPJ: 24.291.901/0001-48, e empresa**ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 52.390.100/0001-75**;**
b) Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo split de 36.000 e 48.000 btus**, sem instalação inclusa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Apêndice (Tabela 1) deste instrumento;
c) Fundamento Legal: Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável;
d) Procedimento de Gestão Administrativa: nº 19.21.0427.0015856/2025-26, Pregão Eletrônico nº 90005/2025 (ARP N° 21/2025);
e) Vigência:O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021;
f) Valor: O valor total da contratação é de R$ **69.713,99 (sessenta e nove mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos)**;
g) Cobertura orçamentária: Unidade Orçamentária: 25104; Fonte de Recursos: 759; Natureza da Despesa: 4.4.90.52, Nota de empenho:2025NE00076;
h) Signatários: contratado: Gabriel Pereira de Oliveira, CPF (MF) nº ***.484.211-**, e contratante: Dr. Nivaldo Ribeiro,Coordenador Geral do Procon/MP-PI.
Teresina, 27 de maiode 2025.

MEMÓRIA DE CÁLCULO P.G.A Nº 19.21.0427.0015856/2025-26 - ARP Nº 21/2025 - P.E Nº 90005/2025							
EMPRESA VENCEDORA: ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA CNPJ: 52.390.100/0001-75 ENDEREÇO: ADE Quadra 1, Conjunto D, Lote 06, Sala 101 - Ceilândia/DF - CEP 72237-140 REPRESENTANTE: Gabriel Pereira de Oliveira, CPF ***.484.211-** FONE: (61) 99559-9769 E-MAIL: elitetechsuprimentos@gmail.com							
LOTE 3 - Exclusivo para ME/EPP (art. 48, I)							
ITEM	OBJETO	MARCA/MODELO	MEDIDA	QUANTIDADE REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	P.G.A. 19.21.0427.0015856/2025-26 1ª AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL
1	Ar-condicionado Split Piso-Teto 36.000 BTU/h Inverter Tipo: Piso-Teto (evaporadora fixada no teto e condensadora externa); Capacidade de Refrigeração: 36.000 BTU/h; Tecnologia: Inverter ou convencional; Compressor: Rotação variável e contínua ou rotativo; Gás Refrigerante: R32 ou R-410a; Ciclo de Operação: Somente frio; Modos de Operação: Refrigeração, ventilação, desumidificação, automático e autolimpeza;	Marca: ELGIN/ Modelo: PVFC36B2CM	Unidade	3	R$ 8.669,85	3	R$ 26.009,55

Anexo extrato contrato (1043547) SEI 19.21.0427.0015856/2025-26 / pg. 10

	Ventilação: Pelo menos 3 faixas de vazão na evaporadora; Controle do Fluxo de Ar: Ajustável na horizontal e vertical, com vertical, com flaps de saída ajustáveis em pelo menos 3 posições fixas e oscilação contínua; Condensadora: Serpentina de cobre; Dispositivo de Controle: Sem fio, permitindo controle total do aparelho; Alimentação: Energia elétrica monofásica de 220V, 60Hz; Certificação: Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) - Classificação A. Instalação: Não inclusa.						
2	Ar-condicionado Split Piso-Teto 48.000 BTU/h Inverter Tipo: Piso-Teto (evaporadora fixada no teto e condensadora externa); Capacidade de Refrigeração: 36.000 BTU/h; Tecnologia: Inverter ou convencional; Compressor: Rotação variável e contínua ou rotativo; Gás Refrigerante: R32 ou R-410a; Ciclo de Operação: Somente frio; Modos de Operação: Refrigeração, ventilação, desumidificação, automático e autolimpeza; Ventilação: Pelo menos 3 faixas de vazão na evaporadora; Controle do Fluxo de Ar: Ajustável na horizontal e vertical, com flaps de saída ajustáveis em pelo menos 3 posições fixas e oscilação contínua; Condensadora: Serpentina de cobre; Dispositivo de Controle: Sem fio, permitindo controle total do aparelho; Alimentação: Energia elétrica monofásica de 220V, 60Hz; Certificação: Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) - Classificação A. Instalação: Não inclusa.	Marca: ELGIN/ Modelo: PVFC48B2CC	Unidade	4	R $ 10.926,11	4	R $ 43.704,44
VALOR TOTAL LOTE 3 -R$ **69.713,99 (sessenta e nove mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos)**							R $ R $ 69.713,99

Teresina, 27 de maiode 2025.

6. ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

6.1. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - Selo de Resolutividade do MPPI

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
Conforme o EDITAL PGJ/PI Nº 34/2025, precluído oprazo pararecursos de acordo com o item 8, incisoV, sem que houvesse impugnação ao resultado preliminar publicado (1034224), a Assessoria de Planejamento e Gestão e a Corregedoria Geral do MPPI homologam o**resultado final**

Anexo extrato contrato (1043547) SEI 19.21.0427.0015856/2025-26 / pg. 11

Teresina (PI), 27 de maio de 2025.
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça

2.2. PORTARIAS PGJ

PORTARIA PGJ/PI Nº 2176/2025
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0421.0017372/2025-21,
R E S O L V E
DESIGNAR servidor para atuação em Plantão Ministerial de 2º Grau na forma especificada na tabela abaixo:
ESCALA DE SERVIDORES PLANTÃO MINISTERIAL 2º GRAU - JUNHO /2025
TERESINA/PI

DIA	PROCURADORIA DE JUSTIÇA	SERVIDOR
01	1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA	**RONALDO MATOS PINHEIRO**
02 a 08	2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA	**CLARISSA DE SOUSA BESSERRA DANTAS NORONHA**
09 a 15	17ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA	**JULYANA AYRES DE MENEZES CRONEMBERGER MACÊDO**
16 a 22	11ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA	**FELIPHE STEVAMBRITTO ARAÚJO**
23 a 29	12ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA	**ISABEL CRISTINA DE ALMEIDA**
30	3 ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA	**ANA CAROLINA DE OLIVEIRA ARAGÃO ASSUNÇÃO**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 28 de maio de 2025
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2192/2025 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo SEI nº 19.21.0015.0018807/2025-55,
R E S O L V E
DESIGNAR o (a) servidor (a) **KAMILA SANTANA MOREIRA MOURA,** matrícula nº 20157, Assessora Técnica V, para, com prejuízo de suas funções junto ao GATE e Chefia de Gabinete, auxiliar a Secretaria Unificada de Parnaíba, na modalidade de teletrabalho, a partir de 27 de maio e 2025, até ulterior deliberação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 27 de maio de 2025.
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2196/2025
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022,
R E S O L V E
DESIGNAR a Promotora de Justiça **ANTÔNIA BARBOSA DE SOUSA MELO**, titular da 41ª Promotoria de Justiça de Teresina, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 40ª Promotoria de Justiça de Teresina, nos dias 29 e 30 de maio de 2025, em razão da licença compensatória da titular.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 27 de maio de 2025.
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2197/2025
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0427.0015856/2025-26,
RESOLVE
DESIGNAR o servidor **AIRTON ALVES MENDES DE MOURA**, matrícula nº 307, para fiscalizar a execução da contratação firmada entre o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e a empresa ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 52.390.100/0001-75 **(Contrato nº 46/2025/FPDC).**
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 28 de maio de 2025.
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2198/2025
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais e considerando o Processo SEI nº 19.21.0015.0019056/2025-25,
R E S O L V E
DESIGNAR a servidora **NARA MARIA BARROS NASCIMENTO**, Assessora Técnica, matrícula nº 20232, para exercer as funções atinentes ao cargo de Coordenador Técnico (CC-08), em substituição ao servidor Afrânio Oliveira da Silva, Coordenador de Licitações e Contratos, matrícula nº 176, nos dias 06, 09, 10 e 11 de junho de 2025.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 28 de maio de 2025.
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2199/2025
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022, alterado pelo Ato PGJ nº 1493/2025;
CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0108.0018817/2025-39,
R E S O L V E

Publicação de Portaria PGJ (1043709) SEI 19.21.0427.0015856/2025-26 / pg. 12

Estado do Piauí
Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Órgão : FUNDO ESTADUAL DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR

nº processo TCE	nº contrato
CW-010778/25	**46/2025**

nº processo administrativo	procedimento origem
19.21.0427.0015856/2025-26	**Licitação**

objeto

Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição de material permanente (aparelhos de ar-condicionado), sem instalação inclusa, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

nome do contratado	cpf/cnpj
ELITE TECH SUPRIMENTOS LTDA	**52.390.100/0001-75**

data da assinatura	valor contratado
27/05/2025	**R$69.713,99**

data do cadastro	data últ. alteração
29/05/2025	**29/05/2025**

Impresso em: 29/05/2025 09:57